



A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA DESCONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR: UMA ANÁLISE DE PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS

Michelli Linhares de Bastos¹

Resumo

Um texto é um processo de escolhas, no qual o locutor elege determinadas construções em detrimento de outras a fim de alcançar seus objetivos comunicativos. Essas escolhas fazem com que o texto seja transpassado por mensagens implícitas. Pressupostos e subentendidos são os conteúdos implícitos que podemos encontrar em textos. Os pressupostos estão ligados ao léxico, visto que eles são percebidos por meio de palavras que trazem consigo informações implícitas. Já os subentendidos são pragmáticos, ou seja, cabe ao interlocutor ser perspicaz em perceber o sentido que está por trás das informações explícitas. Esta pesquisa busca revelar de que forma a mídia tem contribuído para a desconstrução da imagem do professor, debilitando a afirmação desse profissional como autoridade em sua área de atuação. Para tanto, serão analisadas as informações implícitas presentes em textos veiculados pela televisão, internet, jornais e revistas, que confirmam a ideia proposta.

Palavras-chave: Pressupostos e subentendidos. Mídia. Identidade do professor.

1. Introdução

Todo texto envolve, no mínimo, duas pessoas: o locutor e o interlocutor. Esse processo comunicativo é transpassado pelas intenções do locutor, pelas vivências anteriores do interlocutor e pelo contexto sócio-histórico no qual o texto foi produzido. As inúmeras mídias existentes – televisão, *Internet*, revistas, jornais, rádio etc – produzem textos sobre os mais diversos assuntos e esses textos influenciam os ouvintes/telespectadores/leitores na formulação de conceitos sobre diferentes temáticas.

O que, comumente, é chamado de “ler nas entrelinhas” nada mais é do que fazer uma análise de pressupostos e subentendidos. Enquanto o pressuposto apresenta uma ligação direta com os componentes linguísticos, ou seja, com o que está devidamente presente no interior de um enunciado, o subentendido está no campo da interpretação, em outras palavras, o subentendido é resultado de uma reflexão sobre o enunciado.

¹ Pesquisa desenvolvida na disciplina de Língua Portuguesa V, ministrada pela professora Lísia Lenz, na Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) em 2011, em parceria com Débora Morgana Côrte-Real e Carla Carlos Evaldt. Professora orientadora: Lísia Lenz – Faculdade Porto-Alegrense – FAPA. Contatos: che.bastos@hotmail.com

Ducrot (1987) afirma que o pressuposto é uma evidência incontestável presente em um discurso. De outro lado, o subentendido exige uma espécie de raciocínio para encontramos as respostas para as perguntas: “Por que o locutor disse isso?”, “O que influenciou essa fala?”. Nos pressupostos, o sentido está presente no enunciado, pois apresenta uma estreita relação com a construção sintática da frase. Nos subentendidos, o autor exime-se de sua responsabilidade, pois deixa ao seu interlocutor a tarefa de interpretar. Ducrot (1987, p. 43) sintetiza o conceito de subentendido em “para dizer alguma coisa, faz-se o outro dizer o que se disse”.

A profissão docente é alvo de inúmeros conceitos advindos de toda a sociedade. A mídia tem um papel decisivo no processo de construção de tais conceitos. Historicamente, os docentes viveram um processo de deterioração da profissão que deixou estigmas enraizados na imagem do professor. Esses estigmas são utilizados pela mídia constantemente e têm um grande poder de influência, fazendo com que a identidade dos professores esteja cada vez mais desconstruída e desvalorizada.

2. Conflito entre profissão e vocação

Os termos profissão e vocação são vistos de maneira muito próxima e, inúmeras vezes, um é visto como complemento ou requisito para o outro. A profissão professor tem uma relação especial com as questões relacionadas a dom e vocação. Em recente pronunciamento, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, afirmou que os professores deveriam trabalhar pelo amor e não pela remuneração. Tal afirmação causou alvoroço entre os docentes. No entanto, essa crença não é exclusiva do governador.

Na Grécia Antiga, Sócrates e Platão criticaram duramente o trabalho dos Sofistas. Estes eram mestres ambulantes que percorriam diversos lugares utilizando discursos envolventes para ensinarem e em troca do ensino os Sofistas cobravam certa remuneração. Para Sócrates e Platão, era absurdo receber remuneração por um trabalho ligado ao ensinar. De acordo com estes dois grandes filósofos, educar era um ato de doação (COSTA, 1995).

Enguita (1991) realizou uma análise sobre os cinco fatores que conduzem os professores ao título de semiprofissionais. Trataremos da questão da semiprofissionalização mais tarde, porém é pertinente analisar um destes aspectos levantados por Enguita: a vocação. O autor afirma que o termo “profissão” apresenta um fundo religioso. O mesmo ocorre com o termo “professor”. Esse fundo religioso nos remete à ideia de um chamado divino para exercer determinada tarefa na sociedade, ou seja, dom e vocação. O grande problema está na falsa beleza que as questões de vocação trazem intrínsecas. Percebemos que os discursos de Sócrates, Platão e Tarso Genro trazem em comum o conceito de que ensinar está ligado ao amor pela causa e, por conseguinte, quem ensina não deve visar

uma gratificação por essa tarefa. De maneira alguma, tenho a intenção de reduzir a vida profissional das pessoas à obtenção de dinheiro. No entanto, tais discursos servem como argumento para os baixos salários que muitos professores estão expostos.

A mídia tem um papel importante na difusão do conceito que professor é aquele que tem vocação. Em 2009, o Jornal Nacional, programa jornalístico exibido de segunda a sexta-feira pela emissora Globo, apresentou uma série de reportagens sobre os professores com o título “Profissão: professor”. No primeiro episódio dessa série, exibido em 05 de outubro de 2009, temos a apresentação da história de duas professoras: Cíntia e Geanne. A primeira demonstra muito medo de um rio, mas tem que atravessá-lo todos os dias para poder chegar até a escola na qual trabalha. Enquanto isso, a segunda percorre dez quilômetros de bicicleta até o trabalho. O que poderia constituir belas histórias de vida, na verdade, trazem subentendidas questões perigosas para a profissão que tanto busca valorização salarial. A questão que buscamos responder é o porquê existe uma clara preferência da mídia em mostrar o sacrifício dos professores ao invés dos êxitos?

Na reportagem temos as seguintes sentenças:

“Geanne para economizar trocou o ônibus pela a bicicleta, dez quilômetros pedalando.”

“Salário de professor é cada vez mais um atrativo menor no mercado de trabalho.”

Analisando a primeira sentença, temos a palavra “para” que traz consigo um pressuposto de finalidade. Portanto, podemos concluir que Geanne tem a necessidade de economizar. Nesse caso, andar de bicicleta não tem nada haver com uma opção de vida mais saudável ou fuga do trânsito. Andar de bicicleta é a opção que restou para a profissional realizar seu deslocamento casa/trabalho. Ora, o trabalho de Geanne é tão mal gratificado que nem o benefício do transporte lhe é assegurado.

Na segunda sentença a expressão “cada vez mais” traz o pressuposto de gradação, portanto existe uma crescente tendência em o salário ser um atrativo pequeno pela escolha da profissão. Enquanto isso, a palavra “menor” tem o pressuposto de que existem atrativos maiores.

É exatamente no campo do subentendido que encontramos as questões de vocação em ambas as sentenças. Podemos interpretar vocação como um sacrifício que realizamos sem nos importarmos. Geanne enfrenta a jornada de bicicleta, porque ensinar é seu dom, sua vocação. Ora, temos muitos mártires que se consagraram na história pelos seus dons e que nunca receberam gratificações por isso. A reportagem mostra professoras mártires (uma enfrenta o medo do rio, a outra pedala dez quilômetros para ir até seus alunos), isso nos faz aceitar que elas ganhem baixos salários, afinal, estão seguindo suas vocações e quem faz isso está acima do dinheiro. O dom é a justificativa para o sacrifício valer a pena.

Dessa forma, a fala de Tarso Genro em resposta a reivindicação dos professores por melhores salários tem base nessas questões subentendidas. Uma vez que o professor tem a vocação de ensinar, ele pode se sacrificar e aceitar as condições salariais existentes. Em complemento a isso, voltamos a segunda sentença que nos diz que há questões mais atrativas para escolha da profissão docente de que o salário. Quais questões seriam essas que não as de fundo vocacional?

3. Professor visto como semiprofissional

Outro aspecto presente na reportagem descrita anteriormente que é importante salientar é o fato de que Cíntia e Geanne não possuem Ensino Superior completo. O termo “sonho” aparece, na reportagem, e ele acentua o distanciamento entre professor e nível superior. Mostrar professores sem nível superior é uma forma de desqualificar a profissão. Villa (1998) afirma que o trabalho docente é visto como semiprofissional, gerando perda da identidade do professor e, conseqüentemente, desvalorização dessa classe.

Retomando Enguita (1991) e os cinco fatores que conduzem os professores ao título de semiprofissionais, temos a competência, a licença, a independência e a auto-regulação. Inicialmente, trataremos dos dois primeiros. A competência está ligada a formação específica que um profissional deve apresentar. Mostrar profissionais sem uma formação adequada exercendo a docência é um modo de desprestigiar a profissão. Tal fato é fortalecido pelo segundo fator citado: a licença. Enguita (1991) afirma que a licença é um modo de demarcar o campo de atuação de uma profissão. Como sabemos, não há nenhum tipo de licença que regule os profissionais em educação. Por exemplo, ninguém que não seja médico pode exercer a medicina, já, no caso da educação, não há nenhuma restrição legal para aqueles que não possuem um curso de licenciatura exercerem a docência. Tais questões não só caracterizam o professor como um semiprofissional, mas abre precedentes para que todos opinem sobre a educação, afinal os professores não são vistos como verdadeiros profissionais. Não é comum vermos um leigo discutir sobre engenharia, mas parece que o campo da educação está aberto para opiniões de todos.

Costa (2000) realizou um estudo sobre a revista Nova Escola da Editora Abril. Dentro desse estudo, a autora constatou um “acento pedagógico-prescritivo” presente na revista Nova Escola. Tal acento está intimamente ligado às questões do professor não ser visto como um sujeito qualificado para exercer a docência. Enquanto as revistas especializadas em outras áreas profissionais trazem atualizações para os profissionais aos quais a revista é endereçada, a revista Nova Escola apresenta um caráter de “manual de instruções”. Para exemplificar, na edição 240, que foi publicada em março de 2011, temos o seguinte título na capa: “15 mitos da Educação: Baseadas no senso comum, essas ideias estão há tempos

incorporadas ao dia a dia da escola. Confira todas elas e entenda como prejudicam a aprendizagem na página 36.”

Partindo para a análise de pressupostos, temos a expressão “há tempos” que nos diz que as ideias não são recentes. Em seguida, “todas” deixa o pressuposto de que não há mito que a revista não aborde. Por fim, o verbo “entenda” diz que os professores ainda não entendem como as ideias prejudicam a aprendizagem. Além disso, é importante salientar que o verbo está na forma imperativa, fato que salienta o caráter instrutivo que a revista busca transmitir.

Tratando de subentendido, temos a questão que os professores acreditam nos mesmos mitos que o senso comum, ou seja, apesar de ser um profissional em educação, o professor vê certas questões como leigo. Em outras atividades, são os profissionais que alertam os leigos a respeito de mitos. Por exemplo: o médico alerta seus pacientes a respeito de mitos envolvendo a saúde. Já o professor acredita em mitos assim como os leigos no assunto e deve ser alertado pela revista Nova escola a respeito do perigo envolvendo tais ideias.

Os dois últimos fatores de semiprofissionalização analisados por Enguita (1991), independência e auto-regulação, vêm complementar as questões abordadas por Costa (2000) no estudo sobre a revista Nova Escola. O princípio da independência trata das questões de autonomia que transpassam as profissões. Ao contrário da grande maioria dos profissionais, os docentes têm uma autonomia relativa na sua atuação. O autor afirma que cada profissional tem o seu local de atuação, no qual os trabalhadores tomam as decisões. Enquanto isso, a escola é um lugar aberto para os pais e alunos tomarem decisões juntamente com os profissionais em educação. A Gestão Democrática garante, legalmente, a atuação da comunidade escolar (pais e alunos) nos processos de decisões para distribuição dos recursos principalmente. O fator da autor-regulação transpassa o princípio da licença, já analisado anteriormente. Enguita (1991) revela que falta aos professores um código ético que possa regular a atuação dos docentes. Profissionais que recebem alto reconhecimento da sociedade são considerados competentes o suficiente para decidirem suas próprias regras.

Retomando a análise da revista Nova Escola, vale lembrar que essa publicação é vendida até mesmo em supermercados. Qualquer sujeito que está na fila do caixa pode ler a capa da revista. O amplo acesso a esta mídia faz com que a ideologia transmitida nas entrelinhas dessa publicação influenciem a degradação da imagem do professor diante a sociedade. Exemplificando: na edição 218 de junho/julho de 2008 da revista em análise, temos, na capa, a seguinte chamada: “O que e como ensinar: Para garantir o aprendizado em todas as disciplinas, é preciso conhecer os conteúdos essenciais e como lecionar cada

um. Veja aqui 30 atividades e oito planos de aula que todo professor do 1º ao 5º ano tem de saber.”

Partiremos para uma análise mais cuidadosa desse enunciado. Em letras maiores, encontra-se o tema da matéria “O que e como ensinar”. Por trás dessa frase temos subentendido o conceito de que professores não são capazes de realizarem a seleção dos conteúdos relevantes para trabalhar em sala de aula. Sabendo que inúmeras pessoas tiveram acesso para ler a capa da revista, voltamos aos fatores de Enguita (1991). O professor não é um profissional qualificado para escolher os conteúdos a serem desenvolvidos em sala, logo, não é capaz de gerir uma escola e, mais profundamente, não é capacitado a elaborar as regras que regem a profissão.

Após o tema da matéria, temos uma explicação mais específica sobre o que a revista propõe apresentar: “Para garantir o aprendizado em todas as disciplinas, é preciso conhecer os conteúdos essenciais e como lecionar cada um”.

Subentendido, nós temos que os professores não conhecem os conteúdos essenciais de cada série escolar. Voltamos a matéria do Jornal Nacional que fez questão de mostrar professoras sem nível superior. A maneira depreciativa com que a mídia mostra os professores implanta conceitos distorcidos sobre esses. Dessa forma, o professor é visto como alguém sem qualificação que escolheu se sacrificar por ter o dom de ensinar. Por isso, ele precisa do “apoio” de revistas como a Nova Escola para o orientar na sua carreira.

Na sentença final: “Veja aqui 30 atividades e oito planos de aula que todo professor do 1º ao 5º ano tem de saber.” Temos a palavra “todo” pressupondo que não há professores nas séries iniciais que conheçam as atividades e planos de aula adequados para seus alunos.

A falta de independência dos professores faz com que exista “alienação do trabalhador” que perde o controle sobre o resultado, sobre os meios e sobre o processo de seu trabalho (VILLA, 1998). Brzezinsk (2002), afirma que a profissão de professor não foi definida pela classe dos professores, mas pelo Estado que promoveu enquadramentos em características funcionais e não profissionais. Ou seja, o professor é visto diante de sua função, basicamente lecionar aulas, e não na totalidade que envolve tal profissão. Tais circunstâncias fizeram a categoria dos docentes perderem o controle sobre o seu trabalho, tornando-se, assim, proletários. Portanto, o professor é visto da mesma forma que profissões tecnicistas que apenas executa uma tarefa, mas não participa do processo completo que envolve a educação.

Havia, na revista Veja da Editora Abril, uma coluna que tratava da Educação Brasileira. Tal coluna era escrita pelo economista Gustavo Loschpe. O estranhamento é imediato: um economista (que se diz especialista em educação) trata das questões de educação no Brasil. Na coluna publicada em 28 de janeiro de 2011, temos a seguinte

afirmação de Gustavo Loschpe: “Em termos de administração financeira, compete ao administrador evitar os dois maiores desperdícios de recursos: diminuir o número de alunos em sala de aula e aumentar o salário de professores. Ambas as variáveis não promovem mais aprendizagem”.

O absurdo da afirmação de Loschpe é tamanho que a tarefa de analisá-la é difícil. Primeiramente, como já citado, alguém que não é professor está escrevendo sobre educação. Isso é socialmente aceitável devido às questões já explanadas sobre a visão de semiprofissional que recai sobre os professores.

A palavra “maiores” traz o pressuposto de que existem desperdícios menores na educação. Subentendido, temos a educação tratada como uma empresa. Novamente, voltamos a questão da proletarização dos docentes. As grandes empresas costumam remunerar mal seus funcionários e oferecer condições precárias para eles.

A educação não é vista na sua complexidade e a mídia tem um papel fundamental nesse aspecto, mostrando professores não qualificados. Villa (1998, p. 62) afirma que os professores são vistos como sujeitos que exercem funções desvalorizadas como “as de cuidar e divertir crianças, a de vigilante ou guarda”. Essas funções simplificam e desvalorizam a tarefa docente.

4. O gênero feminino na profissão docente

Costa (1995) afirma que no final do século XIX ocorreu o início da feminização da profissão de professor. De acordo com a autora, a docência atraiu as mulheres devido a não distinção de salários entre homens e mulheres. No entanto, a entrada das mulheres no campo da educação gerou uma desvalorização dos salários devido ao fato da renda das mulheres ser vista como complementar e não como a renda principal das famílias. Atualmente, esse quadro é diferente, mas o estigma de baixos salários permaneceu na profissão docente.

A desvalorização não ocorreu apenas na questão salarial, mas, também, no reconhecimento social. Nóvoa (apud Costa 1995) afirma que, nos Estados Unidos, a profissão docente também viveu uma feminização, segundo o autor “para uma ocupação lograr elevado status e reconhecimento social ela não pode ser povoada por grupos socialmente desprestigiados, como era o caso de mulheres e negros, no início do século, naquele país. Costa (2000) supõe que as “profissões feminizadas são alvo de discriminação – menor remuneração, menor valorização social, maior controle e direção exercidos sobre seu processo de trabalho”.

Na edição 236, de outubro de 2010, da Revista Nova Escola, temos uma mostra de como a feminização é presente no modo como a docência é vista. O título da reportagem é “O professor do futuro é você” e a ilustração utilizada para divulgar a reportagem é a

imagem de uma mulher formada por muitas outras imagens. Essas imagens menores são na grande maioria (não conseguimos identificar mais que dez homens) de mulheres.



Figura 1: Capa da revista Nova Escola, Ed. Abril, número 236, publicada em outubro de 2010, disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/edicoes-impressas/?ano=2010>> Acesso em 18 de março de 2012.

A feminização da profissão não só gerou certa desvalorização da profissão como, também, transformou a profissão como algo maternal. Freire (2005, p. 11) falou a respeito do termo “tia” utilizado como vocativo para as professoras, para o autor esse tipo de vocativo deve ser recusado:

“A recusa, a meu ver, se deve sobretudo a duas razões principais. De um lado, evitar uma compreensão distorcida da tarefa profissional da professora, de outro, desocultar a sombra ideológica repousando manhosamente na intimidade da falsa identificação. Identificar professora com tia, o que foi e vem sendo ainda enfatizado sobretudo na rede privada em todo o país, é quase como proclamar que professoras, como boas tias, não devem brigar, não devem rebelar-se, não devem fazer greve. Quem já viu dez mil tias fazendo greve, sacrificando seus sobrinhos, prejudicando-os no seu aprendizado? E essa ideologia de seu desamor aos alunos, de sua irresponsabilidade de tias, se constitui como ponto central em que se apóia grande parte das famílias com filhos.”

Em uma cena da novela *Insensato Coração*, produção da Rede Globo, exibida em 18 de maio de 2011, temos os personagens interpretados pelos atores Antônio Fagundes e Camila Pitanga discutindo. O personagem masculino está furioso com uma atitude da personagem feminina e diz: “Você deveria trabalhar em um jardim de infância que é o seu nível mental e emocional.” A frase do personagem, interpretado por Antônio Fagundes, traz

consigo o preconceito de que os trabalhadores da educação infantil exercem uma tarefa não profissional. As “tias” são vistas como cuidadoras que não tem nenhum preparo específico para a função.

Outra questão trazida por Paulo Freire, na citação acima, é a greve. O autor é brilhante ao fazer a análise de que lutar por melhores condições de trabalho não combina com a imagem de “tia”. Pode-se ir mais além. Essa luta não combina com uma profissão vista como semiprofissional, exercida por mulheres que só querem complementar a renda familiar. Inevitavelmente, voltamos para uma das questões iniciais, o professor ser visto como alguém que está seguindo seu dom e por isso, as questões salariais não são importantes.

Em uma charge, publicada em seu blog, em 20 de março de 2011, Ivan Cabral critica as greves realizadas pelos professores:



Figura 2: Charge de Ivan Cabral. Disponível em <<http://www.ivancabral.com/2011/03/charge-do-dia-falta-de-educacao.html>> Acesso em 18 de março de 2012.

Está subentendido que os movimentos grevistas são um desrespeito aos alunos por parte dos professores. Freire (2005) relata a resposta do professor Gumercindo Milhomem à crítica de muitas famílias que afirmaram que a greve estava prejudicando seus filhos. Segundo Freire (2005, p. 12): “Gumercindo respondeu que havia um equívoco na acusação. Professoras e professores em greve, diz ele, estavam dando a seus alunos, pelo seu testemunho de luta, lições de democracia”.

5. Professor: qual é mesmo o seu valor?

5.1 Os investimentos em educação

Costa (1995) traz dados sobre o modo como os professores são vistos em diversos períodos e locais. No final do século XIX, na Europa, os professores alcançaram o maior

prestígio social de toda a história da profissão. Vistos como agentes do progresso, os docentes tinham seu trabalho reconhecido por uma sociedade que via a escola como meio para a igualdade entre os cidadãos. Arriscamos a dizer, que a gradativa desvalorização do professorado tem uma relação direta com uma das bases do sistema capitalista: o consumo. É preciso desconstruir o valor do “saber” para dar lugar ao valor do “ter”. Dessa forma, a escola e os professores são colocados de lado para que a alienação pelo consumo seja o fio condutor dos sujeitos.

Se antes os professores eram vistos como agentes do progresso, na atualidade, passam a serem vistos com um “antiprogresso”. Dottrens (1973, p. 16) afirma que a educação “escapa à lei comum da evolução e do progresso”, ou seja, a educação não recebe todas as possibilidades que surgem para um aprimoramento. O autor salienta que médicos e engenheiros sempre buscam novas técnicas e novos equipamentos para aprimorarem seus trabalhos, enquanto isso, os professores continuam sendo oferecidos os mesmos recursos de sempre (quadro, giz, alguns livros didáticos – muitas vezes equivocados –, computadores ultrapassados – quando há computadores disponíveis nas escolas, cópias – em número estipulado).

Retomando o colunista da revista Veja, Gustavo Loschpe, temos, exatamente, esse conceito de que a educação não precisa de grandes investimentos. Na sua coluna publicada em 28 de janeiro de 2011, na referida publicação, o autor afirma: “Em termos de tecnologia, um implemento que faz diferença é a copiadora. E é só. A literatura sugere que a presença de computadores não está associada à aprendizagem, tampouco instalações mais suntuosas, como ginásios esportivos, teatros etc.”

As ideias desenvolvidas no trecho acima trazem intrínsecas não só a desvalorização do professor, mas a desvalorização da escola. A educação não é um campo importante o suficiente para justificar gastos.

5.2 A questão da autoridade

Além da falta de investimentos, os conceitos capitalistas também exercem influência na questão da autoridade do professor. Em uma sociedade capitalista, os modelos de sucesso são aqueles que recebem altos salários e com isso podem consumir e adquirir bens. A mídia insiste em expor o professor como vítima de baixos salários. Em nossa visão, tal exposição não tem relação com uma busca de apoio aos professores, mas, sim, com a destruição da credibilidade dos docentes. Ora, como um sujeito que é um fracasso financeiro pode exercer alguma influência ou autoridade? Quem gostaria de ouvir um fracassado?

Em novembro de 2010, a mídia vinculou a notícia de uma agressão sofrida por uma professora por parte de um aluno. No site de notícias G1, em reportagem publicada em 12

de novembro de 2010, temos o caso do estudante do curso de auxiliar de enfermagem que agrediu uma professora com socos e uma cadeirada após receber uma nota C. Essa notícia serve para exemplificar o modo como a mídia prefere mostrar fatos de degradação dos professores em detrimento à notícias que mostrem professores que obtiveram êxito com sua profissão. Na notícia em questão temos o seguinte trecho: “Ele disse: ‘gosto muito de ti, mas vou te punir’.” Esse trecho faz parte do relato da professora agredida, trazendo o que o aluno disse a ela antes de agredi-la. A fala do aluno traz subentendida a questão de que o professor não tem autoridade suficiente para avaliar os discentes.

Villa (1998) afirma que o professor não detém mais o papel de homem culto e científico, devido à perda de credibilidade da cultura. Em uma sociedade alienada, o papel do professor representa uma força contrária ao fluxo pelo qual os sujeitos transitam. Villa (1998) afirma, ainda, que há um processo de resistência ao professor por parte dos alunos e estes são vistos sujeitos que defendem seus direitos diante um papel de subordinado. Portanto, o professor não é mais visto como o agente de progresso como citado anteriormente. Agora, ele representa um retrocesso que deve ser desafiado pelos alunos que até então foram subordinados à figura do mestre. O discurso do aluno “vou ter que te punir” é uma mostra da questão da inversão de papéis; o professor não detém mais o respeito necessário para que sua avaliação seja aceita, mas o aluno, ser subordinado, luta pelo que acredita ser a avaliação correta.

6. Conclusão

Precisamos estar atentos para as mensagens que recebemos constantemente pela mídia. O que pode parecer uma simples reportagem, na verdade, é um texto repleto de mensagens implícitas que têm a capacidade de moldar as opiniões da sociedade à cerca de diversos assuntos. Mais especificamente, os professores recebem tratamento clichê por parte dos meios de comunicação, que insistem em mostrar docentes mal remunerados e com uma formação profissional deficiente. Não pretendemos dizer que os professores recebem bons salários ou que todos detenham uma formação universitária. No entanto, precisamos estar atentos ao modo como a identidade profissional está sendo prejudicada pelo modo distorcido como todos os professores são mostrados pela mídia.

Freire (2005) alerta que tais ideologias são capazes de nos tornar míopes diante a realidade. Dessa forma, os próprios professores passam a concordar com os conceitos mostrados pela mídia e acomodam-se diante tal situação. Não podemos esquecer que o professor é, antes de tudo, um cidadão que recebe as mesmas influências de todos. Portanto, é preciso que haja uma conscientização na classe docente para que haja um despertar para tais questões. Não é admissível que um professor tenha contato com algum dos exemplos expostos neste trabalho e não se sinta, no mínimo, indignado. Não é possível

que os profissionais de educação cruzem os braços diante a deterioração de suas próprias identidades. Está na hora de o professorado iniciar a escritura de um novo texto, no qual, haja justiça por parte de todos quando falarem sobre os professores.

Referências

BRZEZINSKI, Iria. Profissão professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. Trabalho docente e profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professora e professores de classe populares. Porto Alegre: Sulina, 1995.

COSTA, Marisa Cristina Vorraber. Estudos culturais em educação. Porto Alegre: Ufrgs, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2000.

DOTTRENS, Robert. A crise da educação e seus remédios. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.

ENQUITA, Mariano F. Ambigüidade da Docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. Teoria & Educação, n.4, 1991.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 15 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

KOCH, Ingedore. Introdução à Lingüística Textual. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VILLA, Fernando Gil. Crise do Professorado: uma análise crítica. Campinas: Papyrus, 1998.